

## Apresentação

Teoricamente, a democracia representativa separa os poderes Político e Judicial no sentido de manter a independência e o equilíbrio entre eles, o que tem vindo a ser alterado pelo aumento crescente do poder dos *media* e a mediatização de transgressões perpetradas por atores do campo político. As infrações destes atores, num ambiente de progressiva profissionalização da política, aumentaram as “oportunidades de noticiabilidade”, ao mesmo tempo que acentuaram o afastamento entre magistrados e elites políticas.

As instituições do sistema judicial são aquelas que, nos processos de corrupção política, mais se encontram pressionadas pela mediatização, na medida em que, até muito recentemente, a Justiça mantinha distanciamento e autonomia face às lógicas dos *media*. Esta dinâmica tem implicado que o campo da Justiça somasse, à contínua e tradicional batalha travada contra o poder político, uma outra luta, a da autonomia face aos *media*. À medida que os casos de corrupção política, envolvendo figuras políticas, vão surgindo, assistimos a movimentos na Política e na Justiça no sentido de maximizar, ou minimizar, os danos referentes às suas áreas de intervenção. Em simultâneo, os *media* tendem a enfatizar estes antagonismos, distanciando-se de ambos os campos mas promovendo aqueles conteúdos dentro das suas lógicas, principalmente sublinhando conflitos, animosidades e competitividade entre instituições e atores.

A proximidade entre a Justiça e os *media* verifica-se, não só nas terminologias comuns, tais como informação, comunicação e investigação mas, também, na finalidade última de para um crime ou um delito ser necessário buscar o culpado, julgá-lo e fazer com que pague a sua dívida à sociedade. Neste sentido, a encenação do modelo judiciário nos meios de comunicação, principalmente na televisão, contribui para que, ao comparar a atuação dos dois campos, a opinião pública tenha a perceção que há uma maior eficiência na atuação dos *media*. O facto das condutas mediáticas não estarem submetidas às mesmas regras e obrigações dos processos judiciais, dá-lhes uma aparente independência e eficácia na busca da verdade e na punição dos culpados. Acresce que os procedimentos, ritmos, tempos e objetivos da Justiça são longos e complexos, não sendo, em grande parte, compatíveis com as exigências e rotinas de produção mediática, submetidas a pressões de concorrência e a resultados centrados em “furos”, “cachas” e “diretos”. Por outro lado, questões como o segredo de justiça contrariam princípios do jornalismo como a universalidade e transparência da informação, após sujeita a contraditório. Deste modo, as instituições e o sistema judicial encontram-se comprimidos, quer pelo campo da Política – que vê, por exemplo, os seus atores envolvidos em casos de corrupção e tende

a protegê-los legalmente –, quer pelo campo dos *media*, quer ainda, e por meio deste, pela opinião pública, com vista a obter resultados imediatos.

É perante este enquadramento que apresentamos o livro *Media, Corrupção Política e Justiça* que constitui a terceira publicação coletiva no âmbito do projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada*.<sup>1</sup> O livro é constituído por oito artigos que refletem os resultados finais do projeto mencionado, com especial ênfase na relação entre *Media* e Justiça. Na organização da obra foram colocados, no início, os artigos mais abrangentes e com uma visão mais geral. Em seguida, surgem os textos mais focados em casos específicos.

O primeiro artigo de Estrela Serrano intitulado *Jornalismo e Justiça na cobertura da corrupção política*, analisa a relação entre os *media*, a justiça e a política no tratamento de quatro casos de corrupção ocorridos em Portugal entre 2008 e 2012, envolvendo governantes e outras figuras políticas. A análise baseia-se num vasto conjunto de peças de televisão e de imprensa, conjugadas com depoimentos de jornalistas e declarações públicas de magistrados e outros agentes da justiça. O artigo constata que os *media* se tornaram um espaço de exposição da justiça, tendo os seus agentes adquirido grande visibilidade.

O artigo seguinte de Bruno Paixão, com o título *O peso da cobertura mediática da corrupção no escândalo político em Portugal* tem como objetivo sublinhar as diferenças entre corrupção e perceção da corrupção. Com esse objetivo o autor analisa casos de escândalo político nos semanários *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol*, durante o período entre 25 de abril de 1974 e 25 de abril de 2014. Os resultados apontam para um ligeiro abrandamento do aumento do número de casos de corrupção cobertos pelos *media* a partir da última década da democracia, o que representa uma perda de peso da corrupção no espectro do escândalo político.

No artigo *A corrupção como notícia – os atos judiciais mediatizados nos casos BPN, Face Oculta, Freeport e Submarinos*, António João Maia apresenta os resultados de uma análise realizada sobre o conteúdo do acervo de 2937 notícias publicadas pelos canais generalistas portugueses *RTPI*, *SIC* e *TVI*, entre 2005 e 2012, relativamente aos casos judiciais que ficaram conhecidos como *Freeport*, *BPN*, *Face Oculta* e *Submarinos*. O autor debruça-se e avalia os tipos de atos dos processos judiciais que estão maioritariamente associados a tais notícias.

<sup>1</sup> Projeto FCT Ref.ª: PTDC/IVC-COM/5244/2012. A primeira publicação: Cunha, I.F. & Serrano, E. (Coords.) (2014) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. Lisboa: Alêtheia. A segunda publicação: *Revista Media & Jornalismo*, 26 (14)1 ([http://www.cimj.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1335:8&catid=25:noticias&Itemid=166](http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1335:8&catid=25:noticias&Itemid=166))

No texto *Investigação cooperativa e comparativa: o projeto Corrupção Política nos Media*, Isabel Ferin Cunha reflete sobre os desafios, teóricos e metodológicos, que se colocaram à investigação no âmbito do projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada*. Discute, ainda, como estas investigações cooperativas e comparativas contribuem para a elaboração e consolidação de mapas conceituais e para aferição de metodologias, bem como para a identificação de novos fenómenos políticos, sociais e mediáticos.

*A Corrupção Política, Segredo de Justiça e cobertura televisiva: o caso dos Submarinos* é o título do artigo apresentado por Patrícia Contreiras e Érica Anita Baptista. As autoras discurrem sobre o segredo de justiça e a forma como este condiciona o jornalismo, desviando-o do debate sobre a corrupção política, nomeadamente no designado caso dos *Submarinos*. No texto *Mise en Scène da corrupção Política no Jornalismo: uma análise do “Manual da Corrupção Eleitoral” no programa Fantástico da TV Globo*, Bruno Araújo e Hélder Prior utilizam a metáfora *mise en scène* para explicar alguns aspetos da política contemporânea que dizem respeito à intersecção entre a esfera política e o campo dos *media*. O artigo pretende compreender alguns aspetos da dramaturgia política a partir da análise do “Manual da Corrupção Eleitoral” do programa *Fantástico da Rede Globo*, Brasil.

Mafalda Lobo no artigo *O conflito e a infração na narrativa jornalística da corrupção: o caso BPN na imprensa portuguesa* observa o papel dos *media* no processo de (re) construção dos temas e personagens envolvidos no caso de corrupção do Banco Português de Negócios, *BPN*, no ano de 2009. Por último, Loreda Broucher no artigo *The Portrait of a Corrupt Prime-Minister in the Romain Press* analisa a imprensa romena e os discursos produzidos sobre o ex-primeiro ministro Adrian Nastase (2004-2006) acusado de corrupção.

Como nota final registamos que os artigos seguem o novo acordo ortográfico e respeitam o registo dos autores brasileiros.

Isabel Ferin Cunha  
Estrela Serrano